VI Simpósio Nacional de
HISTÓRIA CULTURAL
Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

IMAGENS, REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES: PELA HISTORICIDADE DAS FONTES, CONCEITOS E PROBLEMAS

Jailson Pereira da Silva*

Há tempos, três tropos foram incorporados mais diretamente aos discursos da história: *Imagens, representações e identidade*. Essas palavras uniram-se com tamanha intensidade ao fazer do historiador que, paradoxalmente, estamos esquecendo a historicidade que as fez migrar dos campos fronteiriços à História, antes de germinarem nas searas de Clio. Para nós, a reflexão acerca dessa mesma historicidade é válida por evitar a armadilha sedutora e fácil que leva os historiadores a tomarem esses termos acriticamente, cometendo um dos pecados que, hoje, mais condena: a naturalização das coisas. Pensamos que um dos caminhos aceitáveis para começar a desnaturalizar aquelas palavras é relacioná-las mais diretamente ao texto historiográfico. Para exemplificar tal procedimento, optamos por um caminho metodológico que parte de um triplo encaixe. Em primeiro lugar, associamos a "questão das imagens" ao debate acerca das fontes ou dos documentos da História. Em segundo lugar, aproximamos a noção de "representação" às discussões sobre os conceitos do fazer historiográfico. Por fim, pensamos a identidade como um problema legítimo de ser abordado pela História e sua escrita. Claro que a localização das palavras "imagens", "representação" e "identidade",

* Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.

ISBN: 978-85-98711-10-2

respectivamente, como "fonte", "conceito" e "problema"─ tal qual a propomos aqui ─ suscita muitas dúvidas e críticas. Afinal, posso tomar, por exemplo, a imagem como um problema da escrita histórica, ou mesmo entender a identidade como um conceito pertinente à história. Mas esse debate, constatamos com júbilo, já faz parte da reflexão sobre esses termos. Reflexão que desejamos iniciar no rápido diálogo que vem a seguir.

A QUESTÃO DAS IMAGENS E O LABIRINTO DA HISTÓRIA: O HISTORIADOR DIANTE DA INCONTORNÁVEL ENCRUZILHADA DAS FONTES

A História é uma linguagem construtora de significados para a ação humana. Perseguidor e construtor de sentidos para nossa existência, o historiador, constantemente, encontra-se com duas incontornáveis encruzilhadas nos seus caminhos: o "tempo" e o "documento". Para atravessar esses desafios, o historiador vê-se obrigado a radicalizar a própria noção de historicidade, e, assim, desnaturaliza os conceitos e as suas significações, problematizando os usos e as apropriações que deles se fazem. É nesse movimento que aquilo que consideramos "tempo" e "documento" estão sendo discutidos por historiadores das mais diversas linhas teórico-metodológicas. A noção de tempo linear, que colocava o passado como o inconteste produtor do presente já não parece satisfazer às nossas inquietações. Do mesmo modo, a percepção do "documento", precioso invólucro onde se guardam os rastros do tempo, o valioso receptáculo do passado, também não nos contenta mais. Problematizar as nossas percepções de "tempo" e "documento", questionar a própria visão da História, exibir o nosso infinito desejo de saber um pouco mais sobre como nos tornamos o que somos, passa, incontornavelmente, pela crítica sobre o documento, sobre as fontes e sua significação no trabalho do historiador.

De fato, percebe-se que as inovadoras posturas ─ (será ainda válido adjetivá-las assim?) ─ teórico-metodológicas, tributárias das transformações que se deram no campo da historiografia ao longo do século XX, acabaram por ampliar infinitamente o rol de documentos com o qual o historiador dialoga na elaboração dos seus trabalhos. Mas, em grande medida, permanece uma visão simplificadora do documento que acaba, muitas vezes, por naturalizá-lo. Assim, o historiador questiona as verdades históricas, busca versões, coloca-as em disputa. Mas tem ainda dificuldade de questionar o

ISBN: 978-85-98711-10-2

documento. Ao elaborar seu texto, baseado em documentos, o historiador não escolhe uma versão. Ele, quase sempre, vê apenas uma versão. Desse modo, Sua fala no plural perde força na materialidade de seu texto, de suas conclusões.

Quase sempre, quando se encontra um documento, o discurso historiográfico vibra como se tivesse encontrado uma porta mágica, uma janela inconteste, através da qual cintilam claros pedaços do passado. O historiador acaba por entender o documento como um eco do passado *"uma linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil mas, por sorte, decifrável"*[1], como nos alerta Michel Foucault. A crítica ao documento, obviamente, não deve ser confundida com o trabalho desenvolvido, no século XIX, pelos historiadores positivistas. Não se trata mais de inquirir o documento sobre suas verdades internas e externas. Trata-se, por outro lado, de perceber as relações de forças, as disputas, que do campo da História lutam pra exibir, validar e fazer permanecer esses restolhos do tempo. Não nos satisfazem as concepções de documento que o interpreta como "receptáculo da História", como os positivistas queriam, nem, apenas, "vestígio do tempo", como a Nova História propôs. Nosso interesse, portanto, é questionar o documento como uma incontornável encruzilhada nos labirínticos caminhos do historiador.

É certo que documento deixou de ser um receptáculo onde está encerrada a verdade, sendo-lhe atribuído, a partir de então, o caráter de produção de um tempo peculiar, marcado, portanto, pelas questões dessa temporalidade restrita e, sobretudo, pelas escolhas que o historiador realiza nesse tempo específico.

Desnatulizar o documento, entendê-lo como resultado de lutas e relações de força. Fazê-lo falar não "o que diz", mas "o como diz". Tal como propõe Arlette Farge, ao tratar da fala, é preciso entender que esses traços - que são os documentos - se abrem para um deciframento das dinâmicas que subjazem à sua materialização. Talvez por isso, por pensarmos o documento histórico na perspectiva de uma produção, de uma separação dos vestígios, somos compelidos a refletir, também, acerca de questões inerentes à *história* do documento em si. Dito de outro modo, é necessário ao historiador indagar "quem" e "por que" o documento foi produzido?

---

[1] FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 8.

ISBN: 978-85-98711-10-2

No caso das imagens, a fotografia e o cinema já há muito se colaram aos textos historiográficos. Depois que germinaram nos campos da Antropologia, da Sociologia e da Psicologia, a análise e crítica de fotos e filmes estão firmemente plantadas nas searas de Clio. Mas outros elementos do universo visual ainda são raros nos trabalhos dos historiadores. O historiador da cultura, comumente tão atento às questões do cotidiano, quase nunca trabalha com a imagem publicitária, por exemplo. Se a afirmação de Ivan Gaskell, segundo a qual o historiador conhece pouco o universo das imagens é, hoje, controversa, resta-lhe, sem dúvida a validade de que muitas produções imagéticas estão, ainda, à margem do olhar do historiador.[2]

O problema da imagem-fonte, no entanto, tem suas especificidades, mas é exclusivo. Quer dizer, os problemas que afligem os historiadores que trabalham com imagens não são exclusividades deles. Na medida em que desejam questionar os documentos com os quais trabalham, todos os historiadores sabem que

> a validade dos documentos, dos vestígios históricos, por sua vez, só pode ser entendida no campo das disputas, dos combates, entre as diversas perspectivas teórico-metodológicas que informam o fazer historiográfico. Um conceito como o de "*documento histórico*" institucionaliza-se em tramas não lineares, nas ranhuras surgidas das discordâncias, sedimenta-se nas práticas que lhe legitimam e justificam. É, portanto, por caminhos sinuosos que um conceito legitima-se.[3]

A imagem, como toda fonte, portanto precisa ser entendida dentro de um corpus de significação, de um jogo de códigos. Questionar esses códigos, buscar, historicamente, suas estratégias de (auto)validação é tarefa que o historiador não pode olvidar.

A QUESTÃO DOS CONCEITOS: INTERPRETAÇÕES DA REPRESENTAÇÃO

Quando as coisas começam a ter nomes em demasia, é provável que nenhum deles seja, efetivamente, capaz de nomear. É assim, por exemplo, com esse tempo

---

[2] Cf. GASKELL, Ivan. História e imagens. In: BURKE. Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1997

[3] SILVA, Jailson Pereira da. *Um Brasil em pílulas de 1 minuto: história e cotidiano em publicidades das décadas de 1960-80*. Recife: EDUFPE, 2010.

ISBN: 978-85-98711-10-2

vivemos. Uma infinidade de nomes se esforçam para dizer, para nomear esse momento histórico que pontua a nossa cotidianidade. *"Sociedade do consumo"* (BAUDRILLARD), *"sociedade do espetáculo"*(DEBORD), *"sociedade da informação"* (MATTELART), *"sociedade pós-industrial"* (BELL/KUMAR), *"sociedade pós-moderna"*, *"sociedade do conhecimento"*, *"sociedade burocrática do consumo dirigido"* (LEFEBVRE), entre tantos outros ─ a despeito das suas especificidades, divergências e posições político-ideológicas ─ são resultado desse esforço de nomear, entender e explicar a contemporaneidade.

Ao mesmo tempo em que uns nomes se multiplicam, outros se cotidianizam, tornam-se comuns e, de tão usados, se gastam. Porque as palavras são como as outras coisas, elas se gastam com o uso e acabam por perder a serventia, porque se tornam palavras que não dizem. Nem todos temos, no entanto, a precisão no manejo das palavras que caracteriza o gesto escritural de Graciliano Ramos, para quem *"a palavra não foi feita pra brilhar como ouro falso. A palavra foi feita pra dizer"*.

É bem possível que uma dessas palavras que acabou por se esvaziar de sentidos seja "*representação*". Esvaziou-se de sentido, quem sabe, porque se encheu de significados. Passando a significar quase tudo, corre o risco de vir a dizer quase nada. É claro que esse não um movimento que atinge apenas o termo *representação*. Outros conceitos, como *cultura* e *natureza*, nos alerta Eagleaton, tornaram-se tão polissêmicos que constam no topo da lista de termos discutidos por estudiosos das mais diversas áreas de conhecimento. Para explicá-los, muitas vezes somos obrigados a recorrer ao estratagema agostiniano, quando esse se propunha a tarefa de explicar o que é o tempo: ("se perguntarem se sei o que é o tempo, direi que sim. Se me pedirem para que eu o explique, direi que já não o sei").

Se é válida a ideia de que o historiador não é um coéforo, portanto, seu trabalho não é trazer oferendas aos mortos, deve também, por outro lado ser aceitável a prerrogativa de que o historiador não dede olvidar da historicidade das coisas. E coisas, aqui, incluem os objetos da história, bem como seus métodos, problemas e conceitos. O convite que se faz, portanto, é que façamos uma rápida viagem pelo conceito de "representação".

ISBN: 978-85-98711-10-2

Representação, antes do mais, pode ser compreendido como um gesto que visa tornar as coisas novamente presentes. Re-presentação, como sugere Hans Uirich Gumbrecht, nessa acepção, relaciona-se à ideia de falta, vazio. Representar é por de volta, no presente, algo que estava distante. A representação relaciona-se a algo que existe, mas que se encontra fora, distante, seja no tempo, seja no espaço.

No sentido expresso aqui, a representação, portanto, evoca uma relação direta com os mecanismos da linguagem. Isso porque apenas a linguagem tem a capacidade de fazer presente um ausente, no exato momento em que o evoca. Como nos ensina Gagnebin, ao dizermos as coisas, fazemos com que elas se tornem presentes, mesmo que estejam ausentes. Para o historiador, interessa pensar que, nessa acepção, a representação é uma referência direta, como se desejasse evocar a "natureza das coisas". Quando, através da linguagem, re-presentamos "bola", por exemplo, evocamos mais um conceito que um objeto. Uma imagem explode em nossas cabeças de forma quase naturalizada. Uns podem pensar em bolas coloridas, outros em bolas de futebol, outros ainda podem pensar em bolas de golfe, mas explode uma noção conceitual e não apenas um objeto. Dificilmente, trazemos à tona a imagem de uma bola quadrada, por exemplo.

No campo político, a representação se associa à noção de grupos de poder, instituições ou indivíduos que representam os interesses de outros sujeitos, ausentes da mecânica imediata do poder, mas presentes pelas estratégias da representatividade. Nesse caminho, a representação liga-se às concepções modernas e liberais do processo democrático. Também aqui, a noção de "ausência" se faz notar, mas não é à linguagem que cabe a tarefa de preencher o vazio. Esse vazio, incontornável, sacia-se na alienação rousseaniana, na delegação de poder do representado ao representante, na, embora limitada, capacidade e no direito de se fazer passar pelo outro.

Pode-se ainda ─ nos ensina Sandra Pesavento, apontando marcos na trilha aberta por Benjamin ─ considerar que as representações sociais de uma época seriam um ardil que agiriam *"travestindo a realidade e ocultando o que é possível ser ocultado"*[4]. Essa distinção entre o real e a sua representação, obviamente, foi bastante questionada, uma vez que poderia levar a crer que a representação seria uma cópia do real, um real teatralizado, ritualizado, exposto como produto antevisto, planejado,

[4] PESAVENTO, Sandra J. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 26.

ISBN: 978-85-98711-10-2

espetacularizado. A representação é caminho de significação do real. Sua existência não pode ocorrer sem essa dimensão simbólica.

Uma outra forma de entender a representação, por fim, seria associá-la à disseminação de imagens do outro (como as imagens representativas dos sujeitos histórico-geográficos disseminados pela mídia, por exemplo). Nessa acepção, a representação pode, facilmente, vazar para a estereotipia. Aqui, a representação, como um gesto comunicacional, expõe a tensa relação entre o dizer e o interpretar. Ou seja, ao construirmos representações do outro, acabamos, sempre, por também os interpretá-los. Nesse sentido, por fim, a representação, como ato que não se descola das artimanhas do poder e da ideologia, é também uma questão vinculada às subjetividades; assim, as representações, por exemplo, de sujeitos históricos a partir das noções de etnia, classe e gênero são, do mesmo modo, construções de identidades.

A representação não é, desde pelo menos os estudos pós-estruturalistas, uma projeção psicológica de uma interioridade; ela é, antes, um sistema de signos. E, nos alerta Tomaz Tadeu da Silva,

> como tal, a representação é um sistema lingüístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado às relações de poder. É aqui que a representação se liga à identidade e à diferença. A identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: 'essa é a identidade', 'a identidade é isso'. Por meio da representação a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar, tem o poder de definir e determinar a identidade.[5]

De todo modo, a representação extrapola a materialidade das coisas, como no ensina aproximação da História com a Antropologia Cultural. Talvez esse deva ser o fio condutor do trabalho do historiador ao lidar com a noção de representação, porque ela se relaciona com a dimensão simbólica dos gestos e das palavras.

---

[5] SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. p. 91.

ISBN: 978-85-98711-10-2

A QUESTÃO DOS PROBLEMAS: DIZERES SOBRE A IDENTIDADE

Idios é raiz de igual, semelhante. Esse já foi o ponto de partida, porto seguro, para as reflexões sobre a identidade. Ao dizermos "já foi", não afirmamos categoricamente que ele deixou de sê-lo, mas ao contrário, buscamos alertar para o fato de que, desde o final do século XIX, quando uma teoria interacionista começou a ganhar corpo, o igual deixou de ser a única referência para o entendimento da identidade. Idios apontava na direção da autocompreensão, para a aceitação de que um *self* era capaz de dizer a si mesmo.

Mas o sujeito não é dito apenas por si. Como mostra Michel Foucault ao tratar da loucura, por exemplo, a identidade do louco sofre múltiplas significações nos diversos tempos históricos. Isso porque a identidade é relacional. Não apenas na sua tensa interação com o outro, com o diferente. Mas, também, na arrumação das camadas de poder, na maneira como a mecânica dos discursos plota os sujeitos em lugares de significação. (ver Kathryn Woodward. O caso Ignatieff)[6].

Quando nossos trabalhos históricos querem dialogar com os dizeres da identidade, portanto, devem manter-se alertas para o fato de que debruçam-se sobre um campo de tensões e que, porque a identidade é simbólica, essas tensões podem se sedimentar nos signos que os grupos tomam como lugares de si.

Cada símbolo movimentado no jogo das identidades oscila, antes de ser capturado num campo específico de significação. Uma cruz, por exemplo, se colocada sob um altar, pode significar a vida, por fazer referência ao Cristo. Se a cruz está sob um esquife, sua referência mais imediata é à morte. O significado, portanto, é fundamental para darmos sentido ao símbolo, porque um símbolo aponta para diferentes significados. É preciso apoiar-se na história para saber sobre qual dentre esses significados o símbolo irá repousar. É o significado, portanto, quem ancora os símbolos. Mas, como nos alerta

---

[6] Em seu texto sobre identidade e diferença, Woodward toma o depoimento de um jornalista (Ignatieff) que cobria a Guerra na Bósnia. Ela observa que Sérvios hostilizam croatas não porque os olhavam como "o diferente", mas, ao contrário porque os olhavam como "o igual". Do ponto de vista da Sérvia, era a incapacidade dos croatas de perceberem que ambos (sérvios e croatas) eram o "lixo dos Balcãs" que despertava a ira dos sérvios. CF. WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72

ISBN: 978-85-98711-10-2

Octávio Paz, vivemos um tempo em que os "signos estão em rotação". Eles estão ancorados. Mas ancorados em uma órbita. Por conta disso, as certezas de significação (sejam dos símbolos, sejam das identidades) são temporais, históricas.

Identidade não é apenas um conceito, mas um problema a ser discutido pela História, como nos sugere Arlette Farge, ao expor a necessidade de colocar temas como a guerra, o sofrimento, a violência, a fala e o acontecimento, não apenas como objetos da História, mas questões que devem ser compreendidas para alem de sua superficialidade eventual.

Talvez a singularidade do conceito de identidade esteja no fato de ela, inquestionavelmente, é o tema/problema premente da História. Não apenas da disciplina Histórica, mas da nossa própria experiência histórica.

Documentos, conceitos e problemas. Por mais que tente os contornar, o historiógrafo acaba por colidir com eles nas franjas do seu texto, como os fantasmas que não se separam do corpo, porque encarnados. A fonte, o conceito e o problema são temas que o historiador precisa enfrentar sob o signo da suspeição para evitar as seduções da naturalização.

No que concerne ao documento, sobretudo, o historiador questiona os documentos, sua feitura, seus limites e seu conceito. Mas ainda é comum que, na tessitura dos seus trabalhos, ele acabe por se ajoelhar diante das evidências que o documento "exibe". A fonte aparece como a prova de um passado que, no mais das vezes, o texto todo se esforça por negar. Com o documento em mãos, transparece uma história lisa, evidente, sem rugosidades, inquestionável. Quando encontra *o* documento, o historiador parece esquecer suas ideias de relatividade, de subjetividade, de multiplicidade e começa a exibir as afirmações. Afirmações, segundo seu raciocínio, que se tornam incontestes porque o documento existe. Paradoxalmente, portanto, nos colocamos diante da história como uma serpente que devora a si mesma pela cauda.

O historiador não pode fazer história do mesmo modo como age um coéforo, cortejando túmulos, debruçando-se sobre esquifes, mobilizando suas forças para trazer oferendas aos mortos. Nem mesmo as socializadas memórias desses mortos deve ser o objetivo do trabalho do historiador. Não é a melancolia do passado que movimenta a história. Sua força encontra-se, antes, no desejo de questionar a fixidez dessas

ISBN: 978-85-98711-10-2

memórias, dessas versões do passado. Fixidez que nos faz lembrar olhos de vidro, que muito embora possam ser belos, olham e não veem.

O que nos interessa é deslocar a identidade, por exemplo, do lugar de conceito, apenas. Fazê-lo deslizar para o lugar-problema da História. É na órbita problematizadora que devemos buscar as rotas do temas e objetos da História. Porque ainda que se questione a perca do sentido, não se deve olvidar do nosso compromisso com a ética e com a crítica, conforme nos alerta o George Duby.

É necessário nos libertarmos das lógicas dos eventos e dos processos, que pensemos temas cuja presença expõe as rugosidades da história, que fujamos homogeneização da história, expondo sentidos, indo de acontecimento justificador em acontecimento justificador, encadeando a História, prendendo, em suas palavras, um saber que tanto conclama a liberdade.

Por que a gente diz que a História tem várias versões, mas a gente só consegue escrever uma? Porque ainda não aprendemos como sugere Arlette Farge a percorrer os *"lugares da história que permitem confrontar o passado e o presente interrogando de outra forma os documentos e os acontecimentos"*[7]. E talvez seja possível ainda acrescentar: é preciso questionar os lugares onde plotamos os objetos e os sujeitos da História. Fazemos isso com os símbolos (como no caso da cruz), mas não conseguimos com os documentos.

É preciso que o historiador aceite os seus limites, mas não se curve a eles. Aceitá-los é dizer que nem tudo está explicado. Acredito mesmo que isso é mais válido do que dar ao leitor uma história "arrumada" e inconteste, pautada na sua *"tendência a tudo reconciliar e a tornar liso o que de fato não o é, o que dá ao leitor uma impressão falaciosa de inelutabilidade da história ou de embaralhamento de seus atores sociais"*.[8]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EAGLEATON, Terry. *A ideia de Cultura.* São Paulo: UNESP, 2005

---

[7] FARGE, Arlette. *Lugares da História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 9.

[8] FARGE, Arlette. *Lugares da História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 10

ISBN: 978-85-98711-10-2

FARGE, Arlette. *Lugares da História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1987.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e História.* Rio de Janeiro: Imago, 1997

GASKELL, Ivan. História e imagens. In: BURKE. Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SILVA, Jailson Pereira da. *Um Brasil em pílulas de 1 minuto: história e cotidiano em publicidades das décadas de 1960-80*. Recife: EDUFPE, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000